

A ORALIDADE EM SALA DE AULA: CONSIDERAÇÕES E PERSPECTIVAS

Rita Maria Decarli Bottega

RESUMO: A oralidade está presente em inúmeras situações e permeia as relações que se estabelecem em sala de aula. Para que as atividades com o texto oral não sejam limitadas somente aos muitos momentos de encaminhamentos e correção de atividades, o presente trabalho procura ressaltar a importância e a necessidade de um trabalho sistemático com a produção de texto oral na sala de aula. Para tanto, serão apresentadas questões relativas à linguagem oral e o ensino de língua portuguesa, às variedades lingüísticas, às especificidades da língua oral e escrita e aos encaminhamentos metodológicos para o desenvolvimento de atividades em sala de aula.

PALAVRAS-CHAVE: produção de textos, oralidade, alternativas metodológicas

1. A questão da variação lingüística e o trabalho em sala de aula

É de fundamental importância (quando da discussão sobre questões voltadas ao ensino de Língua Portuguesa) uma reflexão sobre a questão da variação lingüística, pois significa admitir e aceitar que os alunos que chegam à escola, em qualquer nível de ensino, não possuem uma uniformidade no uso da língua. Essa não-uniformidade ou não-homogeneidade se dá por um fator bem simples e óbvio: a sociedade não utiliza a linguagem sempre da mesma forma, seja pela situação sócio-comunicativa, seja pelas diferenças sociais e culturais das comunidades lingüísticas. Assim, os alunos são porta-vozes da variedade lingüística de sua comunidade. Nesse sentido, não se trata de se pensar as variedades lingüísticas com preconceito, mas de admitir que todas são eficientes e lógicas em seus contextos de uso.

Este entendimento é fundamental para o trabalho com o ensino da língua materna, embora não seja o que se observa, muitas vezes, na prática em sala de aula, já que:

Para a escola, infelizmente, a variação lingüística é vista como uma questão gramatical, de certo ou errado. O diferente não tem lugar em sua avaliação, embora represente a maioria dos fatos que o alfabetizador enfrenta. Se a escola não entender esses fatos corretamente, cometerá grandes injustiças com os alunos (CAGLIARI, 1994: 36).

Estas injustiças acontecem porque, inicialmente, os professores não valorizam as especificidades da língua falada e escrita e porque acreditam que, em nome de uma regra gramatical, o aluno deve “esquecer-se” de seu dialeto (como se isso fosse possível) e incorporar a língua padrão, que é imposta sem ao menos o aluno saber por que, uma vez que ela é ensinada como regra e não como forma de instrumentalização do aluno para o uso da linguagem em diferentes situações.

Com base no exposto, ressalta-se que pensar questões sobre o ensino de Língua Portuguesa e, neste caso, sobre o desenvolvimento da oralidade, não é apenas propor encaminhamentos metodológicos, mas ter clareza dos pressupostos teóricos que vão nortear toda uma prática em sala de aula, sendo básica dentre estes pressupostos a compreensão sobre a variação lingüística e sobre as especificidades da linguagem oral e escrita.

2 Linguagem oral X escrita: uma contraposição?

Comumente, um dos maiores problemas detectados nos textos escritos dos alunos é a presença dos recursos próprios da oralidade, que estão presentificados nos textos produzidos pelo uso de elementos coesivos típicos da fala, pela repetição e/ou incompletude de idéias, pela falta de clareza, entre outros; estes problemas são gerados pelo fato de que o interlocutor que está presente no momento da fala está ausente no momento da escrita. Nesse sentido, refletir sobre a produção de texto oral (e, em decorrência, sobre o texto escrito) requer uma reflexão sobre as características de cada modalidade, a fim de que se possa proceder a proposição de encaminhamentos metodológicos mais específicos.

Para o trabalho em sala de aula é fundamental que sejam apresentadas, desde as primeiras séries, as diferenças entre a língua falada e escrita. Ora, se o texto escrito não se constitui como uma transposição da fala, mas conta com determinações próprias, entendê-las é necessário para a condução do trabalho pelo professor em sala de aula.

As diferenças entre língua falada e língua escrita (...) resultam de diferenças entre os processos de falar e de escrever, ou entre condições de produção do texto falado e do escrito.

Num primeiro momento, chamamos a atenção do leitor para os diferentes contextos de realização da fala e da escrita. A língua falada constitui uma atividade num contexto específico, resultado da tarefa cooperativa de dois interlocutores num mesmo momento e num mesmo espaço. Em outros termos, é a dialogicidade instaurada pela situação face a face (HILGERT, 1991) que caracteriza a língua falada. Ao contrário, o ato de escrever constitui algo solitário: o escritor não interage com seu leitor, ele elabora seu texto sozinho, sem a colaboração do eventual leitor, e as tarefas de planejar e elaborar o texto são de sua inteira responsabilidade (RODRIGUES, 1993: 31) .

O ato de escrever diferencia-se fundamentalmente do ato de produzir um texto oral em função de que no texto escrito o interlocutor está ausente e ambos (interlocutor e locutor) estão inseridos e separados por um espaço e um tempo diferentes. Na verdade, o locutor escreve tomando por referência as imagens que tem de seu leitor. Já na linguagem oral, o interlocutor está presente e determina (pelas suas asserções ou negativas) o que está sendo dito.

Esquemáticamente, pode-se apresentar algumas especificidades do texto oral que são úteis para o trabalho em sala de aula, destacando-se entre elas que: o aspecto pragmático está em evidência; o planejamento do texto acontece passo a passo, pois à medida que o texto oral vai sendo desenvolvido acontece o seu planejamento; o processo de elaboração da linguagem está presente; há o envolvimento do locutor e do interlocutor no momento de sua realização e, conseqüentemente, há elaboração cooperativa do texto; a presença do interlocutor é que vai dirigir o rumo da conversa (falamos o que supomos que o outro vai aprovar; caso contrário, alteramos o que e como dizemos, como uma tentativa de preservação de uma auto-imagem positiva, ou seja, preservação da face) e que vai determinar as pausas, repetições, correções que motivam as diversas reelaborações; a seqüência, seguidamente, é interrompida, pois como as pausas, hesitações, paráfrases fazem parte da conversação, a seqüência do texto não se apresenta de forma linear, mas com interrupções; há utilização de diferentes marcadores conversacionais que se configuram como integrantes da linguagem oral em sua incessante busca de ser entendida pelo outro, bem como na busca de o locutor dizer as coisas com o máximo de exatidão.

Pelo exposto, vê-se que a linguagem oral conta com muitas especificidades, que fazem com que esta modalidade se distancie do processo de produção do texto escrito, uma vez que

A fala tem aspectos (contextuais e pragmáticos) que a escrita não revela, e a escrita tem aspectos que a linguagem oral não usa. São dois usos diferentes, cada qual com suas características próprias, sua vida própria, almejando finalidades específicas e que nada têm a ver, em princípio, nem pela sua natureza, com o pensamento lógico, claro, explícito, completo, etc. (CAGLIARI, 1994: 37)

Estes aspectos são importantes para o trabalho em sala de aula, pois eles podem apontar para encaminhamentos metodológicos que levem em consideração o trabalho com a linguagem oral integrado com o do texto escrito.

Pelo visto, a distinção entre fala e escrita não se dá apenas com base em uma simples contraposição, mas trata-se de formas lingüísticas específicas para usos diferenciados, não cabendo, portanto, considerações sobre melhor ou pior, mas o entendimento de que ambas são eficientes nas interações e utilizadas com objetivos específicos.

3 A linguagem oral e o ensino de Língua Portuguesa

Como já dito, pensar sobre o ensino de Língua Portuguesa e a linguagem oral nele incluída requer que se observe o espaço dado à oralidade em sala de aula (já que ela é que permeia as relações entre professor/aluno, aluno/aluno, por exemplo) bem como o tratamento que é dado ao dialeto que o aluno possui. Um ponto de partida interessante sobre os dialetos e o trabalho em sala de aula pode ser resumido em:

Se as línguas e os dialetos são complexos, e se os falantes os conhecem, porque os falam, então os falantes, inclusive os alunos, têm conhecimento de uma estrutura complexa. Qualquer avaliação da inteligência do aluno com base na desvalorização de seu dialeto (isto é, medida pelo domínio do padrão e/ou da escrita padrão) é cientificamente falha. Conseqüência: os alunos que falam dialetos desvalorizados são tão capazes quanto os que falam dialetos valorizados (embora as instituições não pensem assim) (POSSENTI, 1997: 35).

Há, então, a necessidade de que seja superada a idéia de preconceito lingüístico em sala de aula, manifestado por afirmações de que os alunos “não sabem falar” e é por isso que escrevem mal; nesse sentido, uma das primeiras falhas da escola consiste em condenar a linguagem que o aluno traz, objetivando substituí-la *a priori* (como se essa vontade fosse representada por um processo automático) pela norma padrão, sem que o aluno entenda o porquê ou a necessidade ou mesmo a situação em que o uso da norma padrão é exigido.

No processo de elaboração do texto escrito, por desconhecer as características que diferenciam a fala da escrita, o aluno transcreve elementos da língua falada, ou seja, escreve de acordo como fala. Se, pelo desconhecimento do professor em ver o porquê desta transcrição, o aluno for considerado incapaz, está sendo sujeito a uma ação castradora, o que faz com que ele fique inibido para o trato ou para o uso da linguagem. Esta ação, baseada no preconceito lingüístico, atua como uma forma de violência de tal forma que promove o “calar-se do sujeito-aluno”, ou melhor, o aluno passa a achar-se ou a aceitar-se como incompetente lingüisticamente. Assim, procedimentos que não levam em consideração (como ponto de partida) os inúmeros usos da língua oral acabam, pela avaliação que ultrapassa os limites da correção textual, por se configurarem em uma avaliação da capacidade do aluno (Cf. Mayrink-Sabinson, 1993)¹.

Vê-se que, para um ensino de Língua Portuguesa que leve em consideração as variedades lingüísticas, é necessário que se desenvolva um “ensino produtivo” (Cf. TRAVAGLIA, 1997), no qual o texto oral e escrito poderão conviver, não numa perspectiva de que um anule o outro ou de classificações maniqueístas baseadas em eficiência/ineficiência, certo/errado, mas numa perspectiva de que cada um deles possui suas características, que atendem satisfatoriamente a determinadas situações de interação. Em relação à norma padrão, este tipo de ensino admite-a em função de que existem situações formais nas quais o uso do dialeto padrão é necessário. Trabalhar com o aluno a norma padrão é uma forma de instrumentalizá-lo para o uso da linguagem em diferentes situações, entre elas, para as situações formais presentes na sociedade.

Não se pode deixar de citar, no trato com as questões relacionadas à presença dos dialetos na escola, Soares (1987) que, após negar o mito da deficiência e da diferença lingüística, aponta para um bidialetalismo, inserido em uma postura de escola transformadora. Este bidialetalismo tem como base a compreensão de que:

Um ensino da língua materna comprometido com a luta contra as desigualdades sociais e econômicas reconhece, no quadro dessas relações entre a escola e a sociedade, o direito que têm as camadas populares de apropriar-se do dialeto de prestígio, e fixa-se como objetivo levar os alunos pertencentes a essas camadas a dominá-lo, não para que se adaptem às exigências de uma sociedade que divide e discrimina,

¹ A autora admite que a avaliação do texto escrito do aluno ultrapassa os limites do texto e passa a ser uma avaliação da própria capacidade da criança.

mas para que adquiram um instrumento fundamental para a participação política e a luta contra as desigualdades sociais. (...) propor-lhe um bidualismo não para sua adaptação, mas para a transformação de suas condições de marginalidade (SOARES, 1987: 36)

Com essa compreensão, a o trabalho com a oralidade em sala de aula configura-se em uma possibilidade de resgatar o que o aluno já traz para a escola, sendo uma forma de o aluno exercitar a sua voz, apresentar a sua opinião e a sua visão de mundo. Constitui-se em um ponto de partida para o trabalho em Língua Portuguesa, pois é a oralidade é uma das melhores formas de promover a interação em sala de aula. No entanto, pesquisas apontam para um trabalho equivocado em sala de aula, pois

O que se verificou, contudo, é que as observações que emergem em sala de aula vão se apagando, pois não fazem parte do conteúdo previsto, tornando-se irrelevantes para a professora. (...) os temas periféricos, reveladores das experiências dos alunos, não são aproveitados para a construção do conhecimento. Em outras palavras, as manifestações dos educandos, consideradas não-pertinentes aos interesses preestabelecidos, dentro de um determinado contexto, acabam sendo excluídas (AZEVEDO & TARDELLI, 1997: 29).

Em termos de síntese da pesquisa, tem-se como conclusão, segundo as autoras, o fato de que a oralidade, “que revela uma predominância na prática escolar, sofre redução gradativa: a pluralidade de vozes dos alunos que emerge em sala de aula acaba por ser apagada pelos conteúdos preestabelecidos para o ensino e aprendizagem” (1997: 45).

Tendo-se em vista a necessidade de um trabalho efetivo com a linguagem oral, observando-se o caráter interacionista da linguagem e as condições básicas para a produção de texto oral, o próprio espaço da sala de aula e a relação professor-aluno precisam ser redimensionados, sendo que as diferentes oportunidades de diálogos em sala de aula podem ser transformados em espaços de interlocução, nos quais as vozes dos alunos não sejam apagadas, mas valorizadas em diferentes situações, atuando como pontos de partida para o desenvolvimento do conteúdo e de situações formais de uso lingüístico. Para isso, é necessário também um repensar do próprio papel do professor, que deverá abdicar da posição de detentor/transmissor de um saber, para colocar-se no espaço da construção de reflexões sobre a linguagem; assumindo-se como interlocutor de seus alunos, os conhecimentos do professor devem funcionar como subsídios para a reflexão e o

diálogo em sala de aula. O empenho do aluno não deve ser para agradar o professor, dizendo o que ele quer ouvir, mas para entender grande e poderoso universo: o da linguagem, que tem como mais freqüente manifestação o texto oral.

4 A prática em sala de aula: encaminhamentos metodológicos

Os encaminhamentos apontados a seguir são algumas propostas do que é possível realizar em sala de aula, a fim de que sejam desenvolvidas atividades específicas com o texto oral.

Ressalta-se que desenvolver a oralidade não é apenas inserir uma oportunidade como a “hora da novidade” (tão utilizada nas escolas), mas propiciar constantemente atividades que levem o aluno a se expor oralmente. Não se trata de um “falar incoseqüente”, mas de atividades sistemáticas que tenham como objetivo básico desenvolver a clareza, a fluência e a argumentatividade na exposição oral.

Outro aspecto que precisa ser destacado é o de que o trabalho com a oralidade deve estar articulado aos demais eixos desenvolvidos na disciplina, sendo, portanto, desenvolvido de forma integrada à produção de textos escritos, à leitura e à análise lingüística.

Entre as propostas oficiais para o trabalho com o texto oral, ressalta-se que o Currículo Básico da Escola Pública do Paraná, ainda em 1990, apresenta entre os conteúdos de Língua Portuguesa o domínio da língua oral paralelo ao domínio da língua escrita e da leitura. No referido material, o trabalho com a oralidade é apresentado a partir de seu objetivo geral que é desenvolver a expressão oral no sentido da adequação da linguagem ao assunto, ao objetivo e aos interlocutores, contando também com a proposição de encaminhamentos metodológicos que estão voltados, sobretudo, à clareza na exposição de idéias e da consistência argumentativa na defesa de pontos de vista.

Para que esta discussão não fique apenas centrada no que, teoricamente, deveria ser desenvolvido em sala de aula, deixando para o professor a tarefa de pensar em proposições metodológicas, pretende-se apresentar alguns encaminhamentos que poderão se efetivados em sala de aula, adaptados pelo professor de acordo com as suas possibilidades de trabalho e com a turma.

- a. Atividades com jogos teatrais diversos, como dramatizações, trabalho com fantoches e outros.

- b. Trabalho com gravação de programas de televisão e de rádio;
- c. Gravação da fala dos alunos para que eles percebam o uso da linguagem oral em diferentes situações, observando suas características e a forma como falam;
- d. Trabalho a partir de gravações de programas televisivos, observando as diferentes nuances do texto oral (inclusive atentando para o padrão Rede Globo de linguagem, que valoriza a variante do eixo Rio-São Paulo e verificando o que esta prioridade significa em termos de pluralidade lingüística do país);
- e. Resgate, nos diferentes níveis de ensino, da figura do professor como contador de histórias. Esta prática é interessante porque, na história, convivem elementos pertencentes à linguagem oral e escrita, simultaneamente, como a voz do narrador e dos personagens, por exemplo;
- f. Realização de debates em diferentes situações e com diferentes ouvintes ou interlocutores;
- g. Apresentação oral de opiniões sobre assuntos lidos, vistos ou comentados;
- h. Jograis diversos: embora o jogral seja um texto escrito, seu uso favorece situações em que o aluno tenha que se expor para os outros, o que contribui para sua desinibição;
- i. Realização de entrevistas;
- j. Realização de feiras para o trabalho com o texto de literatura infanto-juvenil, com autores de literatura brasileira, podendo-se organizar o trabalho por temáticas/assuntos, vendo como os mesmos foram tratados em épocas diferentes;
- l. Realização atividades de transposição de textos elaborados nas diferentes modalidades, oral para escrita e vice-versa;

Após a apresentação das sugestões, vê-se que elas não são novidade, que estão previstas em inúmeros materiais, inclusive os oficiais que estão presentes nas escolas, e que são atividades de conhecimento do professor. No entanto, há que se olhar e refletir sobre a freqüência de ocorrência destas atividades no âmbito escolar. O que se constata, normalmente, é que elas se constituem em atividades esporádicas, não ligadas entre si e que demonstram que o trabalho com o texto oral, muitas vezes, resume-se nas discussões sobre um tema específico, realizadas anteriormente à produção de texto.

Nos diferentes tópicos apresentados, procurou-se ter como parâmetro a linguagem como forma de interação social, já que não se fala por falar, mas sempre em função de um objetivo – o

convencimento – e de um outro – o interlocutor. Nesse sentido, não há razão para alimentarmos qualquer tipo de preconceito lingüístico na escola. É necessário que se trabalhe a noção de adequação lingüística, cabendo nela o uso do dialeto não-padrão em situações informais e do dialeto padrão em situações formais, nela incluída a escrita.

Nessa perspectiva, o ensino de Língua Portuguesa passa a ter como objetivo fundamental instrumentalizar o aluno para o uso da linguagem – inclusive oral - nas mais diferentes situações, o que inclui, necessariamente, o trabalho sistemático com o texto oral em sala de aula.

Referências Bibliográficas

AZEVEDO, C.& TARDELLI, C. Escrevendo e falando na sala de aula. In: CITELLI, B. & GERALDI, João W.(coord.). **Aprender e ensinar com textos de alunos**. São Paulo: Cortez, 1997, v. 1,

CAGLIARI, Luiz Carlos. **Alfabetização & Lingüística**. São Paulo: Scipione, 1994.

GERALDI, João W. (org). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

MAYRINK-SABINSON, Maria L. A produção escrita da criança e a sua avaliação. In: **Cadernos de Estudos Lingüísticos**, São Paulo, nº 24, 1993, p.10-33.

POSSENTI, Sirio. Sobre o ensino de Português na escola. In: Geraldi, João W. (org). **O texto na sala de aula**. São Paulo: Ática, 1997.

RODRIGUES, Ângela. Língua falada e língua escrita. In: **Análise de textos orais**. Dino Preti (org). FFLCH/USP: São Paulo, 1993.

SEED – PARANÁ. **Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná**. SEED : Curitiba, 1992.

SOARES, Magda. **Linguagem e escola: uma perspectiva social**. 4. ed. São Paulo: Ática, 1987.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação: uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

Rita Maria Decarli Bottega

Rita Maria Decarli Bottega

Mestre em Lingüística e Língua Portuguesa
pela UNESP/Araraquara.

Professora do Curso de Letras-Português da Unioeste/
Campus de Marechal Cândido Rondon.